

Apresentação do Dossiê

Desde que o conceito de capital social foi revisitado no campo da ciência política, na obra seminal de Robert Putnam, institucionalizou-se quase um teorema universal de que sociedades funcionam mais eficientemente quando as pessoas confiam umas nas outras e se organizam em ações coletivas que buscam alcançar metas comuns, ou seja, possuem capital social. A presença de capital social transbordaria para a constituição de uma cultura política cívica e assertiva. Tal cultura resulta de atitudes e comportamentos dos cidadãos que enaltecem os valores democráticos de uma sociedade. No âmago do capital social está a premissa de que os dilemas da ação coletiva podem ser mais bem resolvidos por meio de redes de confiança recíproca que se constituem em componentes-chave de capital social e um ingrediente fundamental da democracia. Alguns autores, inclusive afirmam que para alcançar a estabilidade política e eficiência governamental o capital social pode ser mais importante do que o capital humano ou físico.

Nessa perspectiva, a forma como as pessoas percebem a política, se posicionam frente a ela e tomam ações para tentar incidir nessa arena, passou a fazer parte dos debates a respeito de elaboração de diagnósticos e tentativas de melhorar a democracia, concomitantemente com o enfoque institucional predominante. Nessa direção, pesquisas sobre a construção de uma cultura política assertiva sugerem que, ao contrário do que ocorria no passado, a natureza da cidadania democrática está gerando um público de cidadãos críticos e não meramente sujeitos que cumprem um ritual normativo e de lealdade à democracia.

A presença de cidadãos assertivos seria, nesse sentido, consequência do acúmulo de confiança recíproca que se manifesta em ações associativas que visam o bem coletivo, construindo, ao mesmo tempo, capital social para uma melhor governança. Em sociedades com capital social, o engajamento político é estimulado contribuindo para a estruturação de uma cultura política aberta, pluralista, tolerante e democrática.

Vista nessa perspectiva, a cultura é um elemento central que pode explicar a compreensão do porquê alguns países são mais bem-sucedidos na promoção e na consolidação democrática que outros. Enquanto nas democracias ocidentais o desenvolvimento econômico e a democracia foram promovidos por valores como dignidade individual, responsabilidade e iniciativa, pluralismo social, liberdade econômica e política, Estado de Direito, governo limitado, capital social e separação de poderes, nas democracias emergentes a adesão histórica, deliberada ou por imposição, de valores antidemocráticos dificulta o fortalecimento da democracia e pode condenar esses países ao subdesenvolvimento político, mesmo com progresso econômico.

O quadro pouco auspicioso da democracia em países emergentes gera dois tipos de modelos de democracia visto em um *continuum*, em uma ponta está a “comunidade cívica”, e na outra, a “sociedade predatória”. Na primeira (comunidade cívica), estoques de capital social estão presentes. Existe confiança interpessoal, interagindo, cooperando e se associando para alcançar objetivos coletivos. As pessoas respeitam e toleram suas diferenças e valorizam o igualitarismo, e suas relações são essencialmente horizontais. Em síntese, as pessoas são tratadas como cidadãs e motivadas pela vontade cívica. Essa cultura de confiança, cooperação, reciprocidade, respeito, tolerância e comprometimento é sustentada, por sua vez, por instituições políticas eficientes.

Em uma sociedade predatória o oposto ocorre, há a ausência de instituições efetivas. Não há nenhum senso de comunidade real e o nível de desrespeito pela lei é elevado. As atitudes e o comportamento de cidadãos e autoridades de governo são cínicas e oportunistas. Pessoas e autoridades desenvolvem relações clientelistas e neopatrimonialistas para usufruir de benefícios e privilégios de recursos públicos. Nesse tipo de sociedade, os poderosos se aproveitam dos setores mais vulneráveis da população. Na camada mais baixa se localizam cidadãos incapazes de se organizar devido à escassez de recursos e à desconfiança uns nos outros. Nesse tipo de sociedade a democracia não pode ser sustentada porque não é baseada no constitucionalismo e no respeito à lei. Atores políticos recorrentemente violam às leis na busca de poder e riqueza, não há, portanto, capital social suficiente que alavanque o progresso democrático.

Nesse contexto, a teoria de capital social aparece como um elemento importante para explicar porque algumas sociedades persistem e têm sucesso democrático, propondo que não são as crenças dos cidadãos nem as instituições políticas, mas as relações entre eles é que determinam as fundações da democracia. As constituições podem proporcionar a moldura legal do funcionamento de um sistema político e as instituições determinam o contexto, mas, da perspectiva da teoria de capital social, é o envolvimento dos cidadãos que proporciona as bases da reciprocidade mútua que, por sua vez, se constituem nas bases da construção democrática socialmente eficiente. Nesse sentido, uma comunidade cívica e capital social dão suporte para a sociedade civil e à democracia.

Uma comunidade cívica consiste dos seguintes elementos: (1) engajamento cívico, (2) igualdade política, (3) atitudes de solidariedade, confiança e tolerância e (4) estruturas sociais de cooperação (redes de participação cívica).

Assim, o capital social é elemento essencial num processo democrático. Se este conceito pode explicar a maior parte da variação dos êxitos do desempenho

democrático é outra questão. Assim, embora existam dúvidas quanto aos indicadores empíricos ou a natureza antecedente ou consequente de capital social e democracia, o que não parece gerar mais controvérsias é a importância de capital social para o sucesso democrático. Atualmente, fala-se na importância de desenvolver um enfoque sinérgico na questão democrática, ou seja, além das instituições e do Estado os valores culturais são ingredientes essenciais para a solidez democrática de um país. Deve-se salientar, entretanto, que tal objetivo depende da integração compreensiva entre: confiança interpessoal, participação cívica e confiança no governo.

São sobre essas questões que os autores deste Dossiê se debruçam, buscando respostas e propondo mecanismos que fortaleçam a democracia globalmente. No primeiro artigo, Asimina Christoforou questiona o próprio uso do termo capital social, sugerindo que, em alguns casos, o capital social gera uma subordinação do trabalho ao capital. A autora propõe que é necessário ir além das conceituações tradicionais e avaliar as dimensões mais subjetivas da formação cidadã, como por exemplo, que tipo de pessoa alguém quer ser e que tipo de sociedade alguém almeja ter.

O segundo artigo, “El capital social: revisión crítica de su uso y consecuencias en las ciencias sociales”, faz um balanço do conceito de capital social enfatizando a necessidade de retomar uma discussão sobre as diferentes abordagens teóricas de capital social. As autoras concluem que, embora o conceito de capital social seja novo, padece de inconsistências teóricas e de uma ambiguidade desde que foi criado.

O terceiro artigo, de João Pedro Schimdt, analisa se o paradigma comunitarista se constitui numa moldura conceitual condizente com os pressupostos das teorias do capital social. O autor conclui que tal afirmação tem respaldo com base no papel da comunidade como espaço de criação e recriação dos valores que orientam a vida em sociedade.

O quarto artigo, de Luca Andriani e Dimitrios Karyampas, intitulado “Capital social, pobreza e exclusão social na Itália” investiga a relação entre capital social e o padrão de vida das famílias italianas, baseando-se na pobreza e na exclusão social. A análise é desenvolvida em nível regional, através de corte transversal dos anos de 2002 e 2003. Os autores descobriram que seus resultados confirmam a teoria do mecanismo avançado de transição do capital social e pobreza de Narayan e Woolcock (2000). Além disso, encontraram correlações significativas e negativas entre capital social e as medidas de exclusão social. Os autores concluem que capital social é positivamente correlacionado a níveis altos de padrão de vida.

O quinto artigo, de Francisco Ganga Contreras e Aldo Cassinelli Capurro, analisa os aspectos relevantes relacionados à tríade confiança, capital social e

democracia e seu impacto no desenvolvimento. Os autores identificam que atualmente está se problematizando o papel do crescimento, especialmente o desenvolvimento, na medida em que pode ser transformado em capital social. Desse modo, os autores sustentam que um fator-chave nesse processo diz respeito a confiança interpessoal e institucional.

O sexto artigo, de Marcello Baquero, problematiza como a manutenção de enclaves autoritários e a contínua corrupção de gestores públicos e políticos afeta a institucionalização de uma cultura política que mostra uma crescente alienação e apatia dos cidadãos em relação à política. Esse comportamento, segundo o autor, tem sua origem na percepção dos cidadãos de que as autoridades públicas não podem ser confiadas, produzindo uma democracia inercial com baixos níveis de capital social. Nesse sentido, o capital social, de natureza negativa constringe os avanços substantivos da democracia brasileira.

O Dossiê ainda conta com dois artigos livres: “Una matriz teórico-analítica para el estudio de políticas: el caso de la formación y capacitación de cuadros políticos en Argentina”, de María Melina Guardamagna Pesciullesi, e “Administração de conflitos e democracia: uma análise da página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça”, de Rafaela Selem Moreira e Roberto Fragale Filho.

Os organizadores:

Asimina Cristophorou

(Athens University of Economics and Business)

Luca Andriani

(Birkbeck University of London)

Marcello Baquero

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Brasil)